

Sociologia do espaço: modelos de interpretação

Guy Tapie, Cristina Araújo de Lima

▶ **To cite this version:**

Guy Tapie, Cristina Araújo de Lima. Sociologia do espaço: modelos de interpretação. Sociologias, 2018, 20 (47), pp.370-391. 10.1590/15174522-020004714 . halshs-01772587

HAL Id: halshs-01772587
https://shs.hal.science/halshs-01772587

Submitted on 16 May 2018

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

ARTIGO

Sociologia do espaço: modelos de interpretação

Guy Tapie*
Tradução de Cristina de Araújo Lima**

Resumo

A Sociologia tem considerado o espaço e sua arquitetura como uma criação original, marcada por características sociais e históricas. Diante da diversidade da problemática, a Sociologia situou, sob o prisma do território e do espaço vivido, a conceituação de práticas sociais, de processos de socialização, de mecanismos de decisão como sinais do funcionamento das sociedades. A análise do vínculo entre o social e o espacial tem alimentado os debates teóricos sobre a explicação dos usos. Para uns, o essencial está na maneira como os indivíduos, os grupos, as instituições, a sociedade expressam, no espaço, as regras do jogo social; outros privilegiam a importância das dimensões físicas, arquitetônicas e urbanísticas, enfatizando as formas materiais para explicar as práticas. A partir dos anos 1970, na França, o elo entre formas e sociedades tem sido aprofundado por articulações disciplinares entre Antropologia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, mobilizando a pesquisa sobre o papel dos que projetam e materializam as aspirações das sociedades, dos grupos e dos habitantes. Para desenvolver os princípios e as contribuições desta Sociologia do Espaço, apresentamos seus fundamentos teóricos, a partir de uma escolha pes-

* Université de Bordeaux, França.
** Universidade Federal do Paraná, Brasil.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

soal e limitada de autores. Em seguida, um olhar sobre três das mais importantes experiências residenciais francesas mostra sua pertinência.

Palavras-chave: Sociologia do espaço. Habitat urbano. Habitat na França. Espaço – sociedade.

Sociology of space: models of interpretation

Abstract

The space and its architecture has been considered within sociology as an original creation, marked by social and historical characteristics. In view of the diversity of the problematic, sociology has seen through the lenses of the territory and the lived space the conceptualization of social practices, socialization processes, and decision mechanisms as signs of the functioning of societies. The analysis of the link between the social and the spatial has fuelled theoretical debates on the explanation of uses. For some, the essential is the way in which individuals, groups, institutions, and society express, in the space, the rules of social play; others highlight the importance of the physical, architectural and urban dimensions, giving emphasis to material forms for explaining practices. Since the 1970s, in France, the link between forms and societies has been strengthened by disciplinary articulations between Anthropology, Sociology, Architecture and Urbanism, thus fostering research on the role of those who plan and materialize the aspirations of societies, groups and population. In order to develop the principles and contributions of this Sociology of Space, we present its theoretical foundations, based on personal and limited choice of authors. Then a look into three of the most important French residential experiences shows its relevance.

Keywords: Sociology of space. Urban habitat. Habitat in France. Space – society.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

Do espaço à sociedade: ambiente material e formas sociais

A dimensão cultural do espaço

Os antropólogos têm feito do espaço tanto um dado quanto um elemento significante. A ocupação de um território não é devida estritamente às condições naturais, mas às estruturas sociais e culturais de uma sociedade; laços de parentesco (divisão por clãs), o pertencer a um grupo etário ou a um gênero, expressão do sagrado e das crenças, marcam os lugares e a organização do espaço físico de vida. Claude Lévi-Strauss (1980) descreve dessa forma o plano circular de uma aldeia indígena brasileira, concebido sobre a oposição centro e periferia (homens, mulheres) de acordo com uma divisão sul/norte (clãs e famílias). Trata-se de sistema de referências espaciais que enraíza a memória coletiva do grupo, que a transmite de geração em geração. Uma organização que se constitui em um suporte de identificação pela distribuição das atividades, pelas construções, pelos objetos. Como prova, Claude Lévi-Strauss explica que os missionários salesianos, ao modificar o plano das vilas, romperam as antigas referências:

> *[...] desorientados em relação aos pontos cardeais, privados do plano que organiza seus saberes, os indígenas perdem rapidamente o sentido das tradições, como se o sistema social e religioso deles fosse complicado demais para dispensar o esquema tornado visível pelo plano da aldeia, e cujos contornos são perpetuamente renovados* (Lévi-Strauss, 1980, p. 255).

Sob a mesma ótica, Marcel Mauss (1983, reedição francesa) descreve e explica as variações sazonais notáveis do *habitat* dos esquimós: o *habitat* de inverno é composto de uma grande casa comum, ao passo que o de verão é essencialmente individual, feito de tendas relativamente rudimentares. O primeiro é o lugar de uma vida coletiva intensa; o segundo,

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

um modo de vida baseado na família nuclear. Essas diferenças não são simplesmente devidas às condições climáticas (o frio), nem mesmo à concentração da caça em função das estações:

> *o verão amplia de uma maneira quase ilimitada o campo aberto à caça e à pesca; o inverno, ao contrário, o delimita de maneira mais restrita. E é essa alternância que exprime o ritmo de concentração e de dispersão pelo qual passa essa organização morfológica. A população se condensa ou se dispersa como a caça* (Mauss, 1983, p.50).

As formas de vida social e religiosa encarnam esta morfologia:

> *a estas duas formas de agrupamento, correspondem dois sistemas jurídicos, duas morais, dois tipos de economia doméstica e de vida religiosa. A uma comunidade real de idéias e de interesses na aglomeração densa do inverno, a uma forte unidade mental religiosa e moral, se opõem um isolamento, uma desagregação social, uma extrema pobreza moral e religiosa na dispersão do verão* (Mauss, 1983. p. 73).

Na metade dos anos 1970, Edward Hall compara as culturas espaciais de várias civilizações a partir de uma teorização das práticas do espaço, que ele sintetiza pelo conceito de "*proxémie*". Ele determina a distância íntima (15 a 45 cm), a pessoal (entre 45 cm e 1,35 m), a social (entre 1,20 e 1,70 m), a pública (superior a 3,70 m): medidas estabelecidas no contexto de um grupo de cidadãos norte-americanos. Em seguida, ele descreve as estruturas proxêmicas da cultura oriental, no caso, japonesa e árabe, a propósito do uso do espaço doméstico e público. Ele insiste nas incompreensões que nascem de socializações diferenciadas na prática dos espaços: os ocidentais se sentem sufocados no espaço público árabe em razão de uma proximidade física muito grande, enquanto se sentem desconfortáveis dentro da casa árabe devido à falta de um espaço compartimentado. O japonês concebe seu espaço vital a partir do centro e não de limites, e sua percepção se baseia na mobilização simultânea de todos os sentidos, enquanto que a

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

percepção ocidental privilegia a visão. Sempre sob a ótica de uma anatomia da questão espacial, Pierre Bourdieu (1980) desconstrói a casa cabila[1] como projeção material de fraturas sociais (relações de gênero ou de classe) e expressão de uma cosmogonia. Norbert Elias (1974) caracteriza um estilo de vida ("a etiqueta") e a organização de espaços habitados na sociedade da corte, uma trama física e comportamental do poder real. Georges Simmel (1988) interpreta a natureza simbólica das fronteiras territoriais (a ponte, a porta[2]) na partilha dos territórios. Maurice Halbwachs (1972) insiste na relação entre memória coletiva e espaço material, a propósito do espaço operário em particular. Michel Foucault aponta a importância dos dispositivos espaciais, dentre os quais o pan-óptico[3], símbolo de enclausuramento, no âmbito do processo de dominação. Para todos esses autores, o território, o espaço, o lugar, as construções e sua organização revelam o social, os poderes, e carregam identidades, normas, processos de aprendizagem dos comportamentos e atitudes.

A cidade e a Sociologia

A constituição das cidades modernas foi um processo essencial para uma tomada de consciência sobre a importância do espaço e do território. Em sintonia com os trabalhos de Max Weber (Weber, 1982) ou com os dos utopistas do fim do século XIX, a cidade foi objeto de muita atenção para caracterizar a renovação das estruturas sociais e dos poderes que refletia. A oposição entre comunidade/meio rural/tradição e socie-

[1] A casa do povo *Kabyle*, cultura dos berberes da região da Cabília, localizada no norte da Argélia (Nota da tradutora).

[2] A palavra porta é utilizada pelo autor para se referir às entradas de cidades de eras anteriores – notadamente da época medieval -, que possuíam portões nas muralhas construídas à sua volta para proteção. Atualmente ainda se encontram algumas dessas portas, como na cidade de Paris, por exemplo.

[3] De Michel Foucault, *Surveiller et punir : naissance de la prison* (1975). Versão em português: Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987(Nota da tradutora).

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

dade/cidade/modernidade fundou a Sociologia Urbana, que inclui a Escola de Chicago (1915-1935) do início do século vinte. Seus autores preveem uma civilização urbana através de dois fenômenos: a concentração de indivíduos em um mesmo lugar; a instalação de migrantes nas megalópoles, divididos entre o desejo de preservar seus modos de vida nativos e a assimilação por um mundo novo. Um dos fundamentos da tomada de posse dos lugares é a competição espacial, à imagem dos processos observados nas espécies animais ou vegetais.

A cidade é, assim, um mosaico de territórios no qual a identidade de cada elemento é marcada por um grupo social ou étnico dominante e por uma vida de bairro que muitas vezes é original. Um mosaico que, visto do alto, reflete uma imagem de unidade global que vai além da singularidade. A cidade é mais do que a agregação física de indivíduos ou de territórios, ela é um estado de espírito; estado este cujos traços principais são a tendência ao individualismo, à impessoalidade das relações, à competição entre indivíduos e grupos, aos compromissos coletivos selecionados, à alienação e ao desvio. Inversamente, a cidade admite miscigenação cultural, formas de emancipação política, uma tolerância do outro e do marginal, uma coabitação física, pacífica, entre grupos sociais e étnicos. Esta personalidade social será traduzida no conceito de urbanidade, retomado por profissionais da cidade para significar a arte de vida nas metrópoles e se dissociar da esfera doméstica.

Sociólogos, antropólogos urbanos, geógrafos (Raulin, 2001; Hoggart, 1985) examinam continuadamente a composição da cidade: "bairros elegantes", guetos, "aldeia urbana" (Young; Wilmott, 1983) são os ingredientes e, a segregação, o motor. A superposição entre o pertencer a certa classe, etnia, nacionalidade e meio social de vida é colocada à frente para descrever os bairros, sua identidade coletiva, suas mutações. Um estudo do *Near West Side* em Londres destaca os fenômenos de diferen-

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

ciação étnica dentro de um bairro de loteamentos populares, em especial a oposição entre italianos e negros:

> *Os italianos são mais frequentemente proprietários de sua moradia, possuem os estabelecimentos comerciais do setor, integram-se às forças da polícia local, agrupam-se a todos os grupos de idade nos clubes já bem estabelecidos, multiplicam as manifestações religiosas públicas ou cívicas e não cessam de manter viva a diversidade das suas origens regionais. Em contraste, os negros possuem poucas referências de sua procedência, habitam moradias públicas, não têm organização social para adultos, nem influência sobre as instituições locais, e não dispõem de nenhuma rede comercial própria*. (Raulin, 2001, p. 121)

No caso de um bairro paquistanês de Londres, as formas de solidariedade étnica convivem com uma competição interna e a reprodução de hierarquias antigas (castas, no caso dos migrantes indianos, por exemplo), ou novas, em decorrência da emergência de elites que controlam as instituições locais. Henri Coing (1966) exemplifica com um caso do 13.º distrito de Paris no momento de sua renovação. É um bairro que se assemelha a uma comunidade, já que apresenta as seguintes características: presença de uma população social e culturalmente homogênea e sedentarizada há longo tempo (classe operária); instituições locais ativas; equipamentos, espaços públicos altamente valorizados; manifestações culturais (festas, bailes populares, esporte); uma vida política e militante, prolongamento natural no interior do bairro (cafés, praças), atividades de fábrica. Numerosos eventos públicos criam familiaridade, solidariedade, permutas. As práticas do espaço público são tão mais intensas quanto exíguas são as moradias, superpovoadas e pouco confortáveis. A intensa conexão entre locais de moradia, locais de trabalho e comércio conduz a uma vida social densa, solidária. Este arquétipo tem servido de padrão para medir a unidade social de um território (bairro) e se refere às observações

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

dos processos de ocupação comunitária ("aldeia urbana") frequentemente enunciadas sob múltiplas formas: o fim da habitação operária, o aburguesamento (*gentrification)*, os lugares das elites.

Ao final dos anos 1960, na França, a Sociologia Urbana era farta em explicar a transformação das cidades, os grandes conjuntos de moradias sociais ou as renovações das grandes metrópoles. Uma perspectiva crítica (Castells, 1972; Castells; Godart, 1974; Lepetit; Topalov, 2001) contesta vigorosamente a adequação espontaneista entre modos de vida e território e o angelismo do ponto de vista naturalista. A partir de uma teorização marxista do *status* do urbano, ela acentuou a extensão da dominação capitalista sobre a esfera do consumo onde se renova a força de trabalho. Grandes empresas e frações do aparelho de Estado, agentes das classes dominantes, são os atores principais da organização do território e da maneira de produzi-lo. Essa aliança objetiva controlar a reprodução da força de trabalho. O espaço é o reflexo ativo de desigualdades espaciais e sociais, mais que o âmbito circunscrito onde se desenvolvem os modos de vida de uns e outros. Esta construção teórica – a referência à sociedade industrial, a projeção das relações de classe sobre o território – deixa pouco lugar às mudanças sociais mais complexas (a composição étnica, o lugar dos jovens). Ignora as qualidades espaciais e urbanas de cada conjunto de *habitats* tomado separadamente.

Quase no mesmo momento, as teorias sobre a apropriação do espaço se ancoram no âmbito da pesquisa arquitetural e urbana. Henri Lefebvre (2000) sustenta que o espaço é outra coisa além do simples suporte material das relações sociais que se definem em outra esfera. Nicole Haumont e Henry Raymond (1966) são mais explícitos sobre a existência de modelos socioculturais na maneira de se apropriar dos territórios. Eles opõem as práticas e as percepções do espaço habitado dentro dos grandes conjuntos de habitações sociais e aquelas do *habitat* suburbano,

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

lugar de um novo modo de vida e ordem social. O conceito de apropriação serve para o conhecimento das relações entre usuários e Arquitetura com base no tríptico espaço público, espaço de transição, espaço privado, que corresponde ao tipo de relações sociais: a sociedade, a sociabilidade cotidiana dentre as quais as relações entre vizinhos, o indivíduo. Com mais frequência, múltiplos fatores são chamados a contribuir para explicar os usos e as vivências dos espaços cotidianos: psicológicos (biografia dos indivíduos, hábitos adquiridos); ambientais (situação geográfica, localização, disposição dos espaços); socioculturais, dos quais o pertencer a uma classe etária, a uma categoria social, a um gênero, a um grupo cultural. O impacto da cultura sobre as práticas espaciais e as teorizações do uso confirmam o interesse dessas abordagens junto aos profissionais do espaço. As percepções, os significados, as representações e os usos da arquitetura se tornam, se não objetos científicos no seu todo, ao menos dimensões a serem observadas para qualificar os fenômenos sociais e culturais.

Em última análise, a afirmação de uma causalidade unívoca entre social e espacial deixou terreno a abordagens mais dialéticas ditando a prudência aos sociólogos, quando eles negam toda autonomia da forma, e aos criadores, quando eles crêem deter as chaves do "bom" uso ou, mais ainda, do uso futuro. O retorno valorizado das análises empíricas, a escuta do real e a desconfiança em face de teorias globais, frequentemente críticas, legitimaram análises intermediárias como aquelas dos modos de apropriação, entre forma espacial e práticas.

Metrópole e globalização, novos referenciais territoriais

A conceituação de metropolização ou de metapolização (Ascher, 1995; 1998) é outra etapa da reflexão a partir de uma extensão territorial dos lugares de vida dos habitantes urbanos e, progressivamente, da

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

importância dada à globalização e à mundialização. Alguns ícones são os emblemas disso: os grandes centros comerciais para onde convergem os consumidores em fluxos incessantes de automóveis, que se tornaram imitações de espaços públicos; as periferias urbanas de *habitat* individual, símbolo e síndrome de uma nova arte de viver, da cidade emergente, que endossam o reinado da propriedade, aquisição elevada à categoria de patrimônio por numerosas camadas populares; os centros econômicos, cuja geração de edifícios segue as cotações da bolsa, sombras tutelares de uma ordem liberal e mundial; as redes de comunicação, virtuais e reais, que tecem os laços, misturam as culturas, exacerbam as oposições, e que fazem do mundo uma vasta cidade informacional onde se coloca em questão a condição de pertencer a um território. A desarticulação – rearticulação do tempo e do espaço (Giddens, 1993; Castells, 1998), a potência dos fluxos de natureza diversa (capitais, informações, tecnologias, imagens, símbolos), as novas logísticas de produção de bens e de serviços, os movimentos dos indivíduos e das populações, participam dessa recomposição metropolitana (Veltz, 1996).

Dentro de tal contexto, a mobilidade é uma noção-chave, que se tornou uma característica da hipermodernidade. Ela revisita as representações e os imaginários singulares ligados aos deslocamentos dentro dos quais o homem estrutura uma identidade e opera uma transformação de sua vida. A mobilidade é vetor de uma experiência social no âmbito metropolitano sob a perspectiva das práticas e das necessidades da maioria dos habitantes, qualquer que seja sua localização ou sua condição de vida. Ela é compreendida segundo um significado ampliado (rapidez de deslocamento, acessibilidade, estilo de vida) e encarna a passagem das "sociedades dos lugares" às "sociedades de fluxos e movimento", de sociedades balizadas por fronteiras físicas e com identidade às sociedades com fronteiras plásticas e identidades plurais e mestiças. Os temas

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

clássicos da Sociologia se combinam com uma renovação do âmbito da vida das sociedades contemporâneas: o individualismo crescente e dominante; o anonimato e o abandono das formas de sociabilidade tradicionais fundadas na comunidade; interrogações sobre a ideia de sociedade e de vínculo social.

Experiências residenciais francesas, condições materiais e modos de vida

Esta Sociologia do Espaço se desdobra em múltiplos objetos. A arquitetura monumental emite sinais fortes às populações por meio da criação de lugares da pós-modernidade, onde se misturam frequentemente edifícios religiosos, monumentos dedicados aos poderes políticos e templos das finanças ou do consumo. Para a fabricação de um espaço público, a democracia, o coletivo e o vínculo social são encenados; para o *habitat*, um projeto pessoal, familiar, social é moldado; pelo planejamento do território e as grandes infraestruturas, uma nação se aparelha; pela transformação da cidade, novas culturas de lugares se manifestam, entre mundialização e localização. Mais precisamente, o olhar focado sobre três das mais importantes experiências residenciais francesas mostra a pertinência de uma abordagem disciplinar que mistura reflexão sobre o espaço e a análise da sociedade: as formas pré-modernas do *habitat* (a favela); os grandes conjuntos de habitação social; as casas unifamiliares e os loteamentos de moradias individuais, praticamente um ícone cultural no Ocidente.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

Da favela ao conjunto habitacional de baixa renda para ocupação transitória, a comunidade fragmentada

Nos anos 1970-1980, a etnóloga urbana Colette Pétonnet (1982) focaliza as práticas do cotidiano e os significados de um modo de habitação estigmatizado e banido, que foram os conjuntos habitacionais de baixa renda para ocupação transitória, os quais visavam reabsorver as últimas favelas da França. Eles eram concebidos como um estado intermediário entre o assentamento precário, irregular, e a habitação de baixa renda regularizada. Ela descreve a instalação de dois grupos de migrantes: um de origem estrangeira, de espanhóis e portugueses, o outro de franceses em condições de grande precariedade. A trajetória respectiva deles passa, para os primeiros, pela favela, *habitat* colocado em contraste com o conjunto habitacional para uso temporário. Ela expõe uma realidade concreta sobre o papel positivo desempenhado pelas favelas e sobre e o fracasso dos conjuntos habitacionais de baixa renda.

A favela é um bairro periférico fortemente impregnado de um modo rústico de habitar, que faz referência à origem rural dos moradores e às condições espaciais de moradia. Suas características parecem universais, quaisquer que sejam sua localização ou seu tamanho, nesse caso, muito modestas se comparadas com grandes favelas das metrópoles asiáticas, africanas ou da América do Sul: uma localização sobre os (espaços) negligenciados da urbanização, na interseção de autopistas, na proximidade de linhas de trem, de canais ou de rios, com água potável próxima, até mesmo a possibilidade de conexão com redes de eletricidade; uma tolerância tácita das autoridades; uma instalação aceita pelo contexto (instituições públicas, escolas, serviços sociais, associações, população). A moradia guarda traços do *habitat* rural e de um modo de vida comunitário "perpetuando a passagem contínua de dentro e de fora", muitas vezes falta de espaço. Recuperando materiais de construção, o mobiliário, a casa,

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

pelas suas misturas excêntricas, é um "barraco". Para os portugueses e espanhóis, a favela é a transição entre dois mundos: o meio de origem e a sociedade de acolhimento. Ela concede segurança e adaptação aos novos recém-chegados, protegendo-os contra uma descaracterização cultural brutal. O grupo é solidário (construção do barraco; guarda das crianças; trabalhos em comum: serviços de carpintaria e encanamento de água; apoio moral, acesso às redes de emprego); ela é também constrangedora pelas normas que impõe: transmissão às crianças dos valores do país e do modo de vida anterior; respeito às regras do casamento.

Pela análise de modos de vida, Colette Pétonnet (1982) mostra as características de uma cultura popular muitas vezes denegrida devido à ruptura com os códigos mais eruditos. Os hábitos e os gestos cotidianos o exprimem: a alimentação, o tempo livre, a higiene, a dor, a vida sexual, as crianças. Para a primeira geração de migrantes, é possível economizar para comprar uma casa ou um apartamento, no país (de origem) ou na França. Ela se realiza mediante o preço de numerosos sacrifícios cotidianos.

Contudo, a destruição das favelas é inevitável por razões sanitárias, políticas e econômicas. Em decorrência, a transferência dos moradores é obrigatória, sendo observadas duas formas de relocação. Alguns constroem suas casas ou as reformam. A maioria se estabeleceu nos conjuntos habitacionais de baixa renda, reunindo-se a uma população já proletarizada, de origem francesa, tolerante a alojamentos precários: trailer, galpão, porão doméstico insalubre, acampamentos improvisados temporários. Essa forma de relocação se realiza de maneira aleatória sem levar em conta as escolhas pessoais, os vínculos anteriores entre pessoas e comunidades. A escolha é arbitrária e autoritária, vivenciada como uma penalidade, e é seguida de um sentimento de vergonha e culpa.

Quando as autoridades públicas configuram o processo de inserção e de integração para o conjunto habitacional de baixa renda, a relocação

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

produz uma culpabilização e um sentimento de inferioridade, os quais são reforçados pela imagem física do conjunto habitacional. As famílias desenraizadas devem (então) reconstruir uma (nova) apropriação do ambiente de vida, (ambiente) que elas não escolheram e numerosas dificuldades marcam o caminho dessa aclimatação. No plano da identidade residencial, "o conjunto habitacional é um território incoerente e trágico"; incoerente, porque os grupos sociais que o compõem não produzem uma vida coletiva rica; trágico, porque sujeita a uma desqualificação coletiva. A mistura de populações, consequência de um modo de atribuição aleatória das habitações, aumenta os conflitos de vizinhança. Colette Pétonnet descreve em pormenores os comportamentos e as atitudes dos habitantes das favelas, e depois conjuntos habitacionais, mostrando os efeitos dessas trajetórias e a simbiose existente entre as práticas e um espaço habitado. Ela esclarece sobre os efeitos desestruturantes da transição espacial, mesmo que os habitantes ganhem em conforto; ela estigmatiza a exclusão social implementada, consequência de uma relocação malfeita e a violência da mudança. Emerge dos conjuntos habitacionais um novo proletariado urbano, quarto mundo das sociedades modernas; sinal de uma dominação social pela difusão de novas normas de *habitat* impostas pelo Estado. Apesar disso**,** estudos posteriores mostrarão que os conjuntos habitacionais de baixa renda vivem bem desde que sejam sustentados por estruturas de animação adaptadas. Alguns serão reabilitados segundo a preocupação de preservar ou de valorizar uma cultura popular do *habitat*. São contraexemplos que esclarecem sobre as possibilidades muitas vezes ignoradas ou marginalizadas pelos poderes públicos e pelos organismos de gestão da habitação social.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

Os grandes conjuntos de habitação social, do conforto à estigmatização

De um triplo ponto de vista sociográfico, sociopolítico e sócio-histórico, a produção dos grandes conjuntos de habitação social (*OURS*[4], blocos) é uma experiência residencial importante na França. Entre 1945 e o final dos anos 1960, o Estado agendou a reabsorção das habitações precárias acumuladas ao longo de várias décadas. Os danos da Segunda Guerra Mundial e o afluxo de mão de obra (de origem estrangeira ou proveniente do êxodo rural) acentuaram a crise. É empreendida uma política muito ambiciosa de construção de habitações sociais legitimada pela entrada da França em um período de progresso econômico e social sem precedentes. Ela produz, quantitativa e rapidamente, um grande número de habitações e organiza racionalmente o desenvolvimento urbano. Ela concebe habitações modernas e confortáveis: com água corrente, instalações sanitárias dentro dos apartamentos; moradias espaçosas para evitar a superlotação e bem iluminadas. Ela atende as necessidades da "família nuclear", ícone de uma nova modernidade, apoiada em uma trajetória profissional ascendente, com poder de compra fortalecido. Então, o Estado mobiliza os meios financeiros, normativos, de produção industrial, para a construção das habitações aguardadas.

Os sociólogos não ignoram uma transformação tão rápida e radical do *habitat*. Alguns sustentam que o amálgama resultante da mixagem social introduziu a mudança: as aspirações e as práticas desses que estão no alto da escala social são referência para os outros e, por conformismo, todos aí se agrupam, do mais humilde ao mais ignorante; numerosos habitantes "chegam sem história, sem passado" a um ambiente novo e adotam facilmente comportamentos originais jamais vivenciados antes.

[4] L'OURS – l'Office universitaire de Recherche Socialiste.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

Outros são nitidamente mais céticos (Chamboredon; Lemaire, 1970). Para eles, a principal característica da população que reside em um grande conjunto habitacional é a sua heterogeneidade; heterogeneidade esta, vista sob a ótica da proximidade imediata de outros tipos de *habitat*: casas, condomínios, bairros residenciais. A classe operária é majoritária na habitação social coletiva, enquanto a classe média ou superior, o é nos demais casos. É uma vizinhança que mostra valores e estilos de vida diferentes. Uma das consequências é a estigmatização daqueles que habitam os grandes conjuntos habitacionais. A heterogeneidade é também interna, pois nenhum grupo social domina e nem impõe seus códigos comportamentais e perceptivos ao conjunto dos habitantes para regular a vida coletiva; a heterogeneidade é proveniente de múltiplos canais de destinação de moradias que drenam clientelas singulares econômica e socialmente, mais ou menos abastadas. Para uns (operários qualificados, executivos médios, executivos superiores) o grande conjunto habitacional é uma etapa provisória dentro da trajetória social ascendente. Para outros (peões, operários especializados, segmento inferior da classe operária), é o término de sua trajetória residencial ou o "fim de sua carreira no meio urbano". Mecanismos de seleção que conduzem a um mesmo lugar famílias em situação de ascensão social e outras, de rebaixamento. Isso não deixa de ter efeito sobre a percepção do ambiente de vida, sobre a coabitação entre moradores, sobre os modos de apropriação. A especificidade desta ocupação conduz a oposições e conflitos entre os diferentes grupos da população que compõem os grandes conjuntos habitacionais: divergência de opinião sobre a qualidade de vida, oposição de modos de vida, conflitos de vizinhança.

Os problemas de coabitação confirmam uma crítica maciça deste tipo de *habitat* e de sua forma. Se o conforto legitima a construção de grandes conjuntos de habitação social, e isso não é pouco, aproximar espacialmente os grupos para apagar as diferenças sociais ou culturais e

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

criar uma nova sociedade sem fragmentações sociais é quase ingênuo. As trajetórias sociais e residenciais são variáveis-chave da análise dos comportamentos, uns em transição, outros cativos. Os mecanismos de apropriação têm, então, oportunidade de divergir. A crítica das pretensões civilizatórias do urbanismo dos anos 1950-70 é também estimulante. As dificuldades conhecidas dos grandes conjuntos colaram uma imagem "negativa" da habitação de baixa renda, até mesmo injusta, e muitas vezes carregada de uma incompreensão da vida real. Sem ignorar a formação dos guetos nos últimos quarenta anos dentro das periferias, a dimensão da reputação ganhou muito espaço nos julgamentos feitos, em detrimento das condições de vida.

Loteamentos e casas unifamiliares, um modo de vida contemporâneo

Na história da moradia, o *habitat* individual tem um lugar único desde que a sociedade industrial fez nascerem as esperanças do progresso econômico. O parêntese dos grandes conjuntos se abre em 1950 para se fechar trinta anos mais tarde e dar lugar a um crescimento do mercado da casa individual. As transformações sociológicas, a melhoria do nível de vida que cria uma clientela confiante com liquidez financeira, as virtudes de ascensão social que se atribuem à casa, defendida pelos poderes políticos de então (vendo aí um instrumento de pacificação social, se necessário), os progressos técnicos, são os fatores do sucesso de uma nova mercadoria. As propriedades míticas das quais ela se investe, a criação de um patrimônio, uma marca de modernidade sem renegar os ascendentes rurais, a aquisição de uma notabilidade para seu possuidor, participam na adesão das populações. Consagrada pelo reconhecimento social, louvada por sua publicidade, encorajada pelos poderes públicos, o acesso à

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

casa individual se torna um horizonte de expectativas para todo o corpo social. A finalidade é fazer da França "o país dos pequenos proprietários" e reduzir explicitamente o fosso entre "a gente rica dos casarões e os operários dos conjuntos" habitacionais[5].

A casa unifamiliar no subúrbio significa o surgimento de um novo gênero de vida. A convergência de um *status*, ser proprietário, de um tipo de *habitat*, individual, e de movimentos da sociedade (aumento generalizado do padrão de vida, declínio dos antagonismos sociais) revela uma ruptura histórica. O sucesso do *habitat* individual tem suas raízes na falência dos grandes conjuntos habitacionais que operam a grande miscigenação social e a emancipação dos indivíduos, tais como haviam esperado seus iniciadores. A crítica das torres e dos blocos caracterizados pelo empilhamento, a promiscuidade, os conflitos de vizinhança e de coabitação social, não são secundários para o sucesso da casa. Os problemas das periferias alimentarão a repulsa crônica ao coletivo (locação social, em particular) para numerosos grupos da população.

A força deste modelo de *habitat* repousa em vários elementos. Em primeiro lugar, o espaço da casa é maior, mais adaptável e flexível. Ela permite realizar transformações importantes, ligadas à evolução da família e de suas necessidades. Varandas, anexos, abrigos de jardim, paisagismo dos espaços ao ar livre e terraços, transformações do uso das peças, decoração e organização do mobiliário, são na mesma proporção sinais de apropriação do espaço habitado e do potencial da moradia individual. Ela oferece mais respostas à chegada de novos filhos, à sua reivindicação de independência, assim como à sua permanência cada vez mais longa dentro do lar, ou aos desejos flutuantes dos membros da família. Em segundo lugar, o jardim, investimento motivado pela necessidade de

[5] Considerações feitas em 1974 por Valéry Giscard d'Estaing, Presidente da República Francesa.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

bem-estar: o jardim é quase uma peça da moradia, na busca sistemática por privacidade, para se proteger dos olhares. A atenção dos moradores a seu pedaço de verde e à sua defesa se inscreve na necessidade tranquilidade e de intimidade, em conotação com os elementos naturais (sol, vista) e lúdicos, para se desvencilhar das pressões da sociedade. A casa e o jardim garantem também o distanciamento dos vizinhos. Em terceiro lugar, a casa deixa aos moradores a possibilidade de conceber e de fabricar eles mesmos o ambiente em que vivem. Eles são, em parte, "autores", o que remete ao exercício fundamental de liberdade para elaborar um projeto que responda aos desejos pessoais. Finalmente, a casa gera um modo peculiar de se estar junto, de se conceber a relação com a coletividade, ou mais frequentemente sobre o modo do voltar-se para si mesmo ou da coabitação com aqueles que lhes são sociologicamente próximos nas pequenas unidades residenciais. Morar em uma casa passa um sentimento de segurança. Em geral, as representações das contribuições da periurbanização opõem o campo purificado à cidade, cidade que faz recear uma vizinhança intrusiva, má convivência social, relações de risco para as crianças e adolescentes.

Porém, a imagem da casa, ao menos aquela da casa produzida em série, muda sob muitos pontos de vista. Sua concepção não integra senão moderadamente a riqueza simbólica de uma verdadeira casa com sua adega, seu sótão e a força de uma identidade transmitida de geração em geração. Sua concepção não seguiu a demanda de singularidade de parte dos moradores: as séries feitas pelos construtores estão apenas começando a se desenvolver sob conceitos destinados a qualificar a originalidade de um segmento de mercado e partindo de uma clientela à espera de diferenciação. A degradação relativa da imagem da casa deve ser posta em relação com as evoluções das estruturas dos lares que tornam menos legíveis um projeto familiar durante o período de uma geração. O aumento do número de separações, de divórcios e as recomposições familiares que decorrem

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

disso, são indícios. Cada vez mais, urbanistas e especialistas criticam a casa individual na sua proliferação mal controlada. Ela é um sintoma de desorganização espacial: consumo de espaço, utilização intensiva do automóvel. Outro uso do território se desenha, o qual remete ao gosto vigente de um modo de vida urbano, inclusive para as pessoas da periferia.

De uma Sociologia do Espaço a uma Sociologia dos Profissionais do Espaço

A Sociologia Urbana e Sociologia do *Habitat* se desenvolveram juntas para descrever as formas originais da vida urbana no momento da industrialização. Guiadas por uma lógica científica, elas prestaram especialmente atenção aos ambientes de vida e às dinâmicas mais globais e subterrâneas de sua produção. A ênfase posta na Socioantropologia, os vínculos estabelecidos com a Arquitetura e o Urbanismo, a solicitação das Ciências Sociais para analisar o real e transformá-lo foram prolongados em abordagens mais finalizadas, mais pragmáticas e mais reformistas. Se o vínculo entre formas espaciais e sociais é, antes de tudo, um postulado científico, ele se tornou também uma proposta de ação para mudar o mundo. Outra face da pesquisa se interessou pelos profissionais do espaço, suscetíveis de induzir o social a partir de suas intenções e de seus saberes. Através de seu papel e de seu trabalho, eles imaginam antecipadamente o que está por vir e mesmo projetam dispositivos espaciais que soldam e exprimem as relações entre indivíduos ou entre grupos: habitar, relaxar, deslocar-se, trabalhar, aprender, tratar-se, fazer política, administrar. Esses profissionais antecipam e realizam o que constitui, mais que o cenário, a cena em que se desenrolam as relações sociais, em uma simbiose frequentemente posta em evidência entre uma sociedade e seu espaço construído e arquitetado. Atores e ação social se entrelaçam para conceber as regras da vida coletiva, dinâmica sobre a qual é importante prosseguir a análise.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

Guy Tapie é sociólogo, doutor e professor de sociologia na Universidade de Bordeaux, e na Escola Nacional Superior de Arquitetura e Paisagismo de Bordeaux, ENSAPBx, França. ✉ guy.tapie@archi.bordeaux.fr

Cristina de Araújo Lima é arquiteta urbanista, professora da UFPR, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento e vice-coordenadora do Programa PPGMADE. ✉ cristinadearaujolima@gmail.com

Referências

1. ASCHER, François. **La république contre la ville**. Essai sur l'avenir de la France urbaine. Paris: Éditions de l'Aube, 1998.

2. ASCHER, François. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

3. BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Editions de Minuit, 1980.

4. CASTELLS, Manuel; GODARD Francis. **Monopolville, l'entreprise, l'Etat, l'urbain**. Paris: La Haye, Mouton, 1974.

5. CASTELLS, Manuel. **La question urbaine**. Paris: Maspéro, 1972.

6. CASTELLS, Manuel. **La société de l'information**. 3 vols. Paris: Fayard, 1998.

7. CHAMBOREDON, Jean Claude; LEMAIRE, Madeleine. Proximité spatiale et distance sociale : les grands ensembles et leur peuplement. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v.1, n. 11, p.3-33, jan./fev.1970.

8. CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. **Des hommes et des villes**. Paris: CNRS,1965.

9. COING, Henri. **Rénovation urbaine et changement social**. Paris: Editions Ouvrières, 1966.

10. CONAN Michel. **Concevoir un projet d'architecture**. Paris: L'Harmattan, 1991.

11. ELIAS Norbert. **La société de cour**. Paris: Flammarion, 1974.

12. GIDDENS Anthony. **Les conséquences de la modernité**. Paris: L'Harmattan, 1993.

13. HALBWACHS, Maurice. **Classe sociale et morphologie**. Paris: Editions de Minuit, 1972.

14. HAUMONT Nicole; RAYMOND Henri. **Les pavillonnaires**. Paris: Centre de recherche urbaine, 1966.

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714

Sociologias, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 370-391

15. HOGGART, Richard. **La culture du pauvre**. Paris:Seuil, 1985.

16. LEFEBVRE Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 4.ª ed., 2000.

17. LEPETIT Bruno; TOPALOV, Christian. **La ville des sciences sociales**. Paris: Belin, 2001.

18. LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tropiques**. Paris: Plon, 1980.

19. MARTUCCELLI, Danilo. **Sociologie de la modernité**. (capítulo XI, a Escola de Chicago, a condição humana na cidade moderna). Paris: Folio, 1999.

20. MAUSS Marcel. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1983.

21. PETONNET, Colette. **Espaces habités**. Ethimologie des banlieues. Paris: Galilée, 1982.

22. PINSON Daniel. **Usage et architecture**. Paris: L'Harmattan, 1992.

23. RAULIN Anne. **Anthropologie urbaine**. Paris: Armand Colin, 2001.

24. SENNETT, Richard. **La conscience de l'œil**. Paris: Plon, 1983.

25. SIMMEL, Georges. **La tragédie de la culture**. Paris: Rivages, 1988.

26. VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires**. L'Economie de l'archipel. Paris: P.U.F., 1996.

27. WEBER, Max. **La Ville.** Paris: Aubier- Montaigne, tradução de Philippe Fritsch, 1982.

28. WERBNER, Pnima. **The migration process**: capital, gifts and offerings among British Pakistanis. New York: Berg Publisher, 1990.

29. YOUNG, Michael, WILLMOTT, Peter. **Le village dans la ville**. Paris: Edition du CCI, 1983 (1957).

Recebido: 20.07.2016

Aceito: 30.08.2016

http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004714